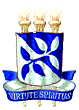
****

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**Faculdade de Direito**

**Programa de Pós-Graduação em Direito**

**EDITAL 001/2015**

**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SEMESTRES 2016.1 E 2016.2**

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal Bahia, sob condição de tempestiva autorização pelas instâncias superiores desta Universidade, quanto ao número de vagas e, no uso de suas atribuições, faz saber que as inscrições para a seleção ao ingresso no Programa, no ano de **2016 (1º e 2º semestres),** no nível de Mestrado, nas **Áreas de Concentração** de (1) *Direito Público* e de (2) *Relações Sociais e Novos Direito,* encontram-se abertas no período de **3 de dezembro de 2015 a 11 de janeiro de 2016,** submetidas às seguintes regras:

**1. DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA**

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA possui as seguintes áreas de concentração e linhas de pesquisa:

**a) Área de Concentração Direito Público**:

Linha 1.1 – Constituição, Estado e Direitos Fundamentais;

Linha 1.2 – Teoria do Processo e Tutela dos Direitos;

**b) Área de Concentração Relações Sociais e Novos Direitos**

Linha 2.1 – Direito das Relações Sociais na Contemporaneidade;

Linha 2.2 – Aspectos Jurídicos da Bioética e dos Direitos dos Animais.

§1º As vagas para o Curso de Mestrado são aquelas indicadas no **Anexo I** deste edital.

§2º Os candidatos estrangeiros que concorrerem nessa qualidade e os beneficiados pelo PAEC deverão observar os procedimentos estabelecidos em edital próprio.

§3º Sempre que o orientador possuir 3 ou mais vagas no total de vagas para o mestrado do programa, uma delas deverá ser disputada apenas entre os candidatos que se declararem como negros ou indígenas.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

Art. 2º A inscrição para a seleção ao Curso de Mestrado, 1º e 2º semestres de 2016, deverá ocorrer no período de **3 de dezembro de 2015 a 11 de janeiro de 2016, até as 23:59h,** observado o horário oficial de Salvador, através de correspondência eletrônica (*e-mail*) dirigida ao endereço de correio eletrônico (e-mail) [ppgdselecao@ufba.br](mailto:ppgdselecao@ufba.br) .

§1º No campo “assunto” da correspondência eletrônica, o candidato deverá indicar “Processo Seletivo 2016 – PPGD/Mestrado”, facultando-se ao candidato utilizar a função de confirmação de mensagem recebida/lida acaso disponível como prova de sua inscrição.

§2º O PPGD/UFBA não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. Nesses casos a inscrição deverá ser feita presencialmente ou por procuração;

§3º O candidato deverá anexar à correspondência eletrônica (*e-mail*) Ficha de inscrição, disponível no site www.ppgd.ufba.br , com os seguintes documentos, em arquivos no formato “pdf”, sob pena de indeferimento da inscrição:

a) Indicação do projeto de pesquisa e um orientador escolhido dentre os constantes no **Anexo I** deste Edital.

b) Carteira de Identidade ou documento equivalente;

c) Diploma de Bacharel em Direito emitido por curso autorizado ou reconhecido pelo MEC;

d) Certidão de Quitação da Justiça Eleitoral ou comprovantes de votação nas três últimas eleições;

e) Currículo lattes (*lattes.cnpq.br*) atualizado e com a devida comprovação;

f) Fotografia atualizada 3 x 4 colorida;

g) Carteira de Reservista ou do Certificado de Dispensa, no caso de candidato do sexo masculino;

h) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R$ 30 (trinta) reais, através de boleto bancário disponível no sítio eletrônico *www.sgc.ufba.br/sgcboleto/inscrição\_seleção.htm*

i) Comprovante de pagamento da taxa referente ao exame de Proficiência em Língua Estrangeira, no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), para o curso de mestrado, fornecido pela Fundação Adm (informação para procedimento do pagamento disponível no sítio eletrônico [*www.fundacaoadm.org.br*](http://www.fundacaoadm.org.br));

j) Anteprojeto de Pesquisa;

§4º A inscrição não será admitida na ausência ou falsidade de qualquer um dos documentos indicados nas alíneas do parágrafo anterior.

§5º Só poderá matricular-se o candidato que já tenha colado grau na data da matrícula.

§6º No formulário de inscrição no processo de seleção, os portadores de necessidades especiais deverão indicar a necessidade de aplicação da prova em Braile ou utilização de qualquer outro recurso apropriado;

§7º Para realizar as provas o candidato deverá apresentar o mesmo documento de identidade da inscrição;

§8º Será publicada, no dia **14 de janeiro de 2016**, a relação dos candidatos que tiveram as suas inscrições deferidas ou indeferidas pelo Coordenador do PPGD. Contra esta decisão caberá recurso para o Colegiado, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação do resultado no site do PPGD.

**3.DO EXAME DE SELEÇÃO**

Art. 3º - O exame de seleção, em qualquer de suas linhas de pesquisa, consistirá de quatro etapas:

1. Prova de proficiência em língua estrangeira, de natureza **eliminatória**;
2. Avaliação pelo professor orientador indicado no anteprojeto de pesquisa, de natureza **eliminatória**;
3. Prova de conhecimento específico, de natureza **eliminatória e classificatória**;
4. Prova de títulos, de natureza **classificatória.**

§1º Nos dias de realização das provas de proficiência em língua estrangeira e de conhecimento específico, o candidato deverá portar o mesmo documento de identificação utilizado na inscrição, contendo sua assinatura e fotografia, sob pena de eliminação.

§2º As provas de proficiência em língua estrangeira e de conhecimento específico não serão identificadas para avaliação. Para este fim, proceder-se-á, logo após a sua realização, a atribuição de código aleatório.

§3º Será eliminado o candidato que apuser seu nome ou qualquer marca distintiva que permita sua identificação nas provas de proficiência em língua estrangeira, conhecimento específico ou anteprojeto de pesquisa,

§4º Será de responsabilidade do candidato acompanhar as comunicações sobre a seleção através dos editais afixados no quadro de avisos do Programa e simultaneamente publicados no site PPGD/UFBA.

**1ª ETAPA – PROVA DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA**

Art. 4º - A **1ª etapa** da seleção, de caráter eliminatório, consistirá em prova de **proficiência em língua estrangeira**, sem consulta a dicionários, gramáticas ou a qualquer outra fonte, que ocorrerá no dia **22/01/2016,** **das 14 às 17 horas,** na Faculdade de Direito da UFBA, na Rua da Paz, s/nº, 1º andar, Graça, Salvador/BA.

§ 1º O candidato deve provar sua proficiência em uma língua de livre escolha dentre as seguintes: Inglês, Espanhol, Frances, Italiano e Alemão.

§2º As provas serão todas elaboradas e aplicadas na língua estrangeira escolhida pelo candidato.

§3º As provas constarão de dois textos, com quatro questões de compreensão, quatro que envolvam o uso da língua (como gramática e seus aspectos estruturais), e duas de produção escrita da língua. Quando da correção, será atribuído o conceito “apto” ao candidato que obtiver nota maior ou igual a 7 (sete) e “não-apto” ao candidato que obtiver uma nota menor do que 7 (sete).

§4º O resultado da prova de proficiência será publicado no sítio eletrônicodo Programa: [**www.ppdg.ufba.br**](http://www.ppdg.ufba.br), provavelmente no dia **16/02/2016**.

§5º A prova de proficiência em língua estrangeira poderá ser dispensada no caso de o candidato apresentar, por ocasião da inscrição, certificado de proficiência válido, emitido por entidade certificadora reconhecida.

**2ª ETAPA – ANTEPROJETO DE PESQUISA**

Art. 5º O anteprojeto de pesquisa, de caráter eliminatório, é de apresentação obrigatória, nos termos da letra “j” do §3º do artigo 2º deste edital.

§1º São partes obrigatórias do anteprojeto, que não poderá conter ou permitir a identificação do candidato:

1. Título do projeto;

b) Indicação do projeto de pesquisa e do orientador cadastrado em Grupo de Pesquisa do CNPQ disponível em [www.ppgd.ufba.br](http://www.ppgd.ufba.br).

1. Problema;
2. Hipóteses, quando se tratar de pesquisa de campo;
3. Justificativa;
4. Fundamentação teórica e/ou revisão de literatura;
5. Objetivo geral e objetivos específicos;
6. Metodologia;
7. Proposta de sumário;
8. Levantamento bibliográfico inicial;
9. Cronograma (mínimo de dois e máximo de quatro semestres), incluindo a defesa final da Dissertação;

§2º O anteprojeto deverá possuir o mínimo de 10 (dez) e o máximo de 15 (quinze) folhas impressas em espaço 1.5, segundo padrão da ABNT, excluídas para o cômputo as referências e a capa.

§3º O anteprojeto dos candidatos aprovados na primeira etapa será encaminhado, sem a identificação do candidato, aos professores orientadores indicados para avaliação.

§4º Somente poderá ser considerado “não-apto” o projeto que:

1. tiver alguma identificação do candidato
2. não atender a qualquer das partes indicadas nas alíneas no §1º do artigo 5º deste edital;
3. não de adequar ao projeto do grupo de pesquisa do orientador escolhido;

d) ultrapassar o número máximo de páginas indicado no §2º do artigo 5º deste edital.

§5º O resultado da análise do anteprojeto de pesquisa será publicado no sítio eletrônicodo Programa: [**www.ppdg.ufba.br**](http://www.ppdg.ufba.br), provavelmente no dia **16/02/2016;**

§6º Contra o resultado da análise do anteprojeto cabe recurso para o Colegiado, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação do resultado no site do PPGD.

**3ª ETAPA – PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

Art 6º Os candidatos aprovados na análise do anteprojeto realizarão a 3ª etapa, que consistirá na prova de **conhecimento específico,** de caráter eliminatório e classificatório, a ser realizada no dia **04/03/2016,** das **14h às 17h**, no mesmo local de realização da prova de proficiência em língua estrangeira.

§1º A prova de conhecimento específico consistirá de dissertação sobre tema tratado na bibliografia indicada no **Anexo III,** relativa ao projeto de pesquisa escolhido pelo candidato. **Não será possível, durante a prova, a consulta a qualquer fonte, inclusive à legislação;**

1. **A duração máxima da prova será de 3 (três) horas.**

§2º A resposta será limitada a 120 linhas.

§3º A nota será atribuída por cada examinador a cada um dos candidatos.

§4º Cada examinador deverá encaminhar ao Presidente da Banca de Títulos uma lista com sua ordem de classificação dos candidatos, acompanhada das respectivas notas;

§5º Será considerado aprovado, nesta prova, o candidato que obtiver nota mínima 07 (sete) por pelo menos dois examinadores.

§6º O resultado da prova escrita de conhecimento jurídico específico será divulgado provavelmente no dia **21/03/2016** no sítio eletrônico do PPGD/UFBA;

§7º Contra o resultado da prova de conhecimento específico cabe recurso para o Colegiado, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação do resultado no site do PPGD.

§8º Para a avaliação da prova de conhecimento específico serão formadas as seguintes bancas:

**a) Área de Concentração Direito Público**:

**Banca 1 -** professores Manoel Jorge e Silva Neto (presidente), Ricardo Maurício Freire Soares (membro), Dirley da Cunha Júnior (membro) e Mario Jorge Philocreon C. Lima (suplente);

Para avaliação de provas de conhecimento específico de candidatos que indicaram como orientadores de projeto de dissertação: Saulo José Casali Bahia, Dirley da Cunha Junior e Manoel Jorge e Silva Neto;

**Banca 2 -** professores Paulo Roberto Lyrio Pimenta (presidente), Edvaldo Pereira de Brito (membro), Mario Jorge Philocreon C. Lima (membro) e Dirley da Cunha Júnior;

Para avaliação de provas de conhecimento específico de candidatos que indicaram como orientadores de projeto de dissertação: Paulo Roberto Lyrio Pimenta, Edvaldo Brito, Mário Jorge Philocreon de Castro Lima e Celso Luiz Braga de Castro;

**Banca 3 –** professores Wilson Alves de Souza (presidente), Edilton Meireles de Oliveira Santos (membro), Fredie Souza Didier Jr. (membro) e Marco Aurélio de Castro Júnior (suplente);

Para avaliação de provas de conhecimento específico de candidatos que indicaram como orientadores de projeto de dissertação: Edilton Meireles de Oliveira Santos e Fredie Souza Didier Jr.;

**Banca 4 –** professores Maria Auxiliadora de Almeida Minahim (presidente), Selma Pereira de Santana (membro), Sebastian Borges de Albuquerque Mello (membro) e Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado (suplente);

Para avaliação de provas de conhecimento específico de candidatos que indicaram como orientadores de projeto de dissertação: Maria Auxiliadora Minahim, Selma Pereira de Santana, Sebastian Borges de Albuquerque Mello, Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado e Gamil Föppel El Hireche.

**b) Área de Concentração Relações Sociais e Novos Direitos**

**Banca 5 –** professores José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes (presidente), Nelson Cerqueira (membro), Luciano Dórea Martinez Carreiro (membro) e Mário Jorge Philocreon de C. Lima (suplente);

Para avaliação de provas de conhecimento específico de candidatos que indicaram como orientadores de projeto de dissertação: João Glicério de Oliveira Filho, Luciano Dórea Martinez Carreiro, Nelson Cerqueira e José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes;

**Banca 6 -** professores Mônica Neves Aguiar da Silva (presidente), Julio Cesar de Sá da Rocha (membro), Marco Aurélio Castro Júnior (membro) Nelson Cerqueira (suplente);

Para avaliação de provas de conhecimento específico de candidatos que indicaram como orientadores de projeto de dissertação: Júlio Cesar de Sá da Rocha, Wálber Araújo Carneiro, Marco Aurélio de Castro Jr, Heron José de Santana Gordilho e Marília Muricy Machado Pinto.

**4ª ETAPA – TÍTULOS**

Art. 7º - A avaliação de títulos, de caráter classificatório, obedecerá ao quanto indicado no **Anexo II** deste Edital.

§1º O candidato aprovado na Prova de Conhecimento específico, em até 5 (cinco) dias a partir da publicação do resultado pelo site do PPGD, deverá entregar na Secretaria do PPGD, das 9 às 16h, uma proposta de barema, acompanhada dos títulos devidamente comprovados, de acordo com o **Anexo II**;

§2º Os títulos serão avaliados por Comissão formada pelos professores Maria Auxiliadora Minahim, que a presidirá, Júlio César Sá da Rocha, João Glicério de Oliveira Filho e Mario Jorge Philocreon C. Lima (suplente).

§3º Competirá a esta Comissão, após receber as listas das bancas 1 a 6 com a ordem de classificação das provas de conhecimento jurídico, computar o resultado final da seleção.

**4. DO RESULTADO FINAL**

Art. 8º - A apuração das notas para classificação final obedecerá às seguintes normas:

I - Cada examinador fará a classificação dos candidatos habilitados, de acordo com a média ponderada entre a nota final por ele atribuída à prova de conhecimento específico e a nota da prova de títulos atribuída pela Comissão, tendo a primeira peso 6 (seis) e a segunda peso 4 (quatro);

II - Para efeito do disposto no inciso I, em caso de empate nas notas finais atribuídas a candidatos distintos, a melhor classificação será decidida mediante os seguintes e sucessivos critérios: a) maior nota na prova de conhecimento específico; b) maior nota na prova de títulos; e, por último, c) maior idade.

III - Será indicado como primeiro colocado o candidato que obtiver o maior número de indicações como primeiro lugar entre os examinadores. Em caso de empate no número de indicações, hipótese em que cada um dos examinadores terá indicado um candidato distinto para a primeira colocação, será considerado como primeiro colocado o candidato que obtiver a maior média aritmética entre notas que cada um dos examinadores utilizou para formar a sua lista de classificação. Persistindo o empate, utilizar-se-ão os mesmos critérios previstos no inciso II.

IV - Excluído o primeiro colocado, e reposicionados os demais nas ordens de preferência já estabelecidas, adotar-se-á o mesmo procedimento para definir, sucessivamente, as demais classificações dos candidatos aprovados.

V - Todos os cálculos utilizados para obter a nota final atribuída a cada candidato serão considerados até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais casas.

§1º Contra o resultado final caberá recurso para o Colegiado, unicamente sob a alegação de erro material, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação do resultado no sítio eletrônico do PPGD/UFBA;

§2º Só poderão se matricular os candidatos aprovados que forem suficientes para preencher as vagas correspondentes a cada orientador, apurada a vaga no prazo de validade do Edital;

§3º Se um projeto de pesquisa for comum a dois ou mais orientadores, o orientador que atuar no programa há mais tempo terá preferência na escolha do candidato aprovado em relação ao qual prestará orientação. Caso inexista esta escolha, a atribuição será feita de acordo com a preferência manifestada pelo candidato aprovado de melhor classificação.

§4º O resultado final será divulgado no site do PPGD/UFBA, em ordem de classificação por orientador, provavelmente, no dia **31/03/2016.**

**5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10 - O candidato, com a inscrição, declara estar ciente e aceita que a tese que venha a ser aprovada seja publicada, na íntegra, sob forma digital, decorridos 06 (seis) meses da sua aprovação, sem qualquer ônus para a Universidade.

Art.11 Será admitido como aluno especial, até o 30º dia da publicação do resultado final da seleção, o candidato que obtiver a melhor nota entre os não selecionados, por orientador.

Art. 12 O presente Edital terá validade de um ano, e se até o final do prazo de matrícula do segundo semestre de 2016 surgirem vagas para o orientador indicado, em decorrência de jubilamento, desligamento, desistência ou aumento do número de vagas do orientador, o aluno especial melhor classificado para aquele orientador será admitido como aluno regular do curso.

Art.13 Eventuais vagas ociosas de um professor não poderão ser preenchidas por candidatos aprovados que tenham indicado orientador diverso, salvo se ambos integrarem o mesmo projeto.

Art. 14 Os casos não previstos por este Edital serão decididos pelo Colegiado do Curso, observando-se as decisões precedentes.

Art. 15 No decorrer da realização do Curso, o candidato deverá ter a produção intelectual conjunta com o seu orientador de pelo menos 02 (duas) das seguintes produções intelectuais: artigos publicados em periódicos QUALIS A, B1, B2 ou B3, livros ou capítulos de livro.

Salvador, 03 de dezembro de 2015.

Prof. Heron José de Santana Gordilho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito

**6. DOS ANEXOS**

**ANEXO I - DAS VAGAS**

**a) ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DIREITO PÚBLICO**:

**Linha 1.1 – Constituição, Estado e Direitos Fundamentais**;

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Professor** | **Projeto de Pesquisa** | **Vagas** |
| Saulo José Casali Bahia | Análise Econômica do Direito | Não-cotista 1 |
| Mário Jorge Philocreon | Integração Regional | Não-cotista 3  Cotista 1 |
| Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado | Direito Penal Garantidor | Não-cotista 2  Cotista 1 |
| Maria Auxiliadora de Almeida Minahim | Posição da Vítima no Direito Penal | Não-cotista 3  Cotista 1 |
| Sebastian Borges de Albuquerque Mello | Princípios, sistemas e microssistemas penais | Não-cotista 2  Cotista 1 |
| Gamil Föppel El Hireche | Tutela penal da ordem econômica | Não-cotista 3  Cotista 1 |
| Manoel Jorge e Silva Neto | Proteção constitucional dos interesses transindividuais | Não-cotista 1 |
| Celso Luiz Braga de Castro | Fundamentos para uma nova teoria do Direito Administrativo | Não-cotista 1  Cotista 1 |
| Paulo Roberto Lyrio Pimenta | Limitações ao Poder de Tributar na jurisprudência do STF | Não-cotista 2  Cotista 1 |
| Edvaldo Pereira de Brito | Limitações ao Poder de Tributar na jurisprudência do STF | Não-cotista 2  Cotista 1 |

**Linha 1.2 – Teoria do Processo e Tutela dos Direitos**;

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Professor** | **Projeto de Pesquisa** | |  |
| Edilton Meireles de Oliveira Santos | Direito processual em transformação – o Código de Processo Civil brasileiro de 2015 | | Não-cotista 1 |
| Fredie Souza Didier Júnior | Direito processual em transformação – o Código de Processo Civil brasileiro de 2015 | | Não-cotista 2 |
| Dirley da Cunha Júnior | | Jurisdição Constitucional e Efetividade dos Direitos Fundamentais | Não-cotista 1 |
| Selma Pereira de Santana | | Justiça Restaurativa | Não-cotista 2  Cotista 1 |

|  |
| --- |
| **b) ÁREA DE CONCENTRAÇÃO RELAÇÕES SOCIAIS E NOVOS DIREITOS** |

**Linha 2.1 – Direito das Relações Sociais na Contemporaneidade**;

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Professor** | **Projeto de Pesquisa** |  |
| João Glicério de Oliveira Filho | Estrutura e função dos institutos jurídicos civis na sociedade contemporânea | Não-cotista 3  Cotista 1 |
| Luciano Dórea Martinez Carrero | Direitos fundamentais e reflexos nas relações sociais | Não-cotista 2 |
| Nelson Cerqueira | O discurso jurídico na arte e na literatura | Não-cotista 2 |
| José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes | História do direito e das relações sociojurídicas no mundo luso-afro-brasileiro | Não-cotista 3  Cotista 1 |

**Linha 2.2 – Aspectos Jurídicos da Bioética e dos Direitos dos Animais.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Professor** | **Projeto de Pesquisa** |  |
| Heron José de Santana Gordilho | Pós-Humanismo, Direito Animal e Cultura | Não-cotista 1 |
| Marco Aurélio de Castro Júnior | Pós-Humanismo, Direito Animal e Cultura | Não-cotista 3  Cotista 1 |
| Marília Muricy Machado Pinto | Direito, sentido e complexidade social | Não-cotista 2 |
| Walber Araújo Carneiro | Direito, sentido e complexidade social | Não-cotista 2  Cotista 1 |
| Julio Cesar de Sá da Rocha | Historicidade do estado e do direito: interações sociedade e meio ambiente | Não-cotista 3  Cotista 1 |
| Mônica Neves Aguiar da Silva | Estatuto epistemológico da Bioética | Não-cotista 1 |

**ANEXO II *-* BAREMA DOS TÍTULOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1.** | **TÍTULOS ACADÊMICOS** | **PONTUAÇÃO** | **OBTIDO** | **TOTAL** |
|  | Doutorado na área de Ciências Sociais ou Humanas | 100 |  |  |
|  | Mestrado na área de Ciências Sociais ou Humanas | 50 |  |  |
|  | Doutorado em outra área | 50 |  |  |
|  | Mestrado em outra área | 25 |  |  |
|  | Especialização em Ciências Sociais ou Humanas, com 360h, no mínimo | 15 |  |  |
|  | Graduação (diversa do Direito) em Ciências Sociais ou Humanas | 10 |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **2.** | **TÍTULOS CIENTÍFICOS, ARTÍSTICOS E LITERÁRIOS (**pontuação máxima**: 80 pontos)** | **PONTUAÇÃO** | **OBTIDO** | **TOTAL** |
|  | Livro publicado em editora com conselho editorial, adequado ao projeto do orientador (autoria) | 20 |  |  |
|  | Livro publicado em editora com conselho editorial, adequado ao projeto do orientador (co-autoria) | 10 |  |  |
|  | Livro publicado em editora com conselho editorial, não adequado ao projeto do orientador (autoria) | 16 |  |  |
|  | Livro publicado em editora com conselho editorial, não adequado ao projeto do orientador (co-autoria) | 8 |  |  |
|  | Capítulo de livro publicado em editora com conselho editorial, adequado ao projeto do orientador, desde que não exceda à pontuação de um livro por inteiro | 6 |  |  |
|  | Capítulo de livro publicado em editora com conselho editorial, não adequado ao projeto do orientador, desde que não exceda à pontuação de um livro por inteiro | 3 |  |  |
|  | Publicação em periódicos especializados com conselho editorial, adequado ao projeto do orientador | 6 |  |  |
|  | Publicação em periódicos especializados com conselho editorial, não adequado ao projeto do orientador | 3 |  |  |
|  | Trabalhos publicados em Anais de Eventos adequado ao projeto de pesquisa do orientador | 6 |  |  |
|  | Tradução de livro ou capítulo na área de Ciências Sociais ou Humanas de acordo com o critério Qualis Livros e adequação ao projeto do orientador | 8 |  |  |
|  | Tradução de artigo publicado na área de Ciências Sociais ou Humanas em periódicos especializados adequado ao projeto de pesquisa do orientador | 8 |  |  |
|  | Percepção de bolsas de estudo ou de pesquisa conferidas por instituições de formação de recursos humanos e de fomento à pesquisa | 5 |  |  |
|  | Exibição de banner relacionado a pesquisas na área de Ciências Sociais ou Humanas em eventos de Iniciação Científica | 5 |  |  |
|  | Participação em competições, individuais ou em grupo, na área de Ciências Sociais ou Humanas, representando IES | 5 |  |  |
|  | Participação em atividade extensionista, individuais ou em grupo, na área de Ciências Sociais ou Humanas, com carga horária de, pelo menos, 300 horas | 5 |  |  |
|  | Membro de comissão organizadora de eventos científicos na área de Ciências Sociais ou Humanas certificados por IES | 5 |  |  |
|  | Iniciação Científica em Ciências Sociais ou Humanas certificada por IES | 5 |  |  |
|  | Participação em grupos de pesquisa inscritos na plataforma de grupos do CNPq | 5 |  |  |
|  | Membro de conselho científico de agências de fomento ou de organizações estudantis vinculadas a IES e voltadas para o fomento da atividade científica | 5 |  |  |
|  | Premio conferido por IES, agência de fomento ou por organizações de incentivo à ciência em razão de trabalho escrito na área de Ciências Sociais ou Humanas | 5 |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **3.** | **TÍTULOS DIDÁTICOS** | **PONTUAÇÃO** | **OBTIDO** | **TOTAL** |
|  | Atividade de ensino superior na área de Ciências Sociais ou Humanas (por semestre), até 10 (dez) semestres | 10 |  |  |
|  | Atividade de ensino superior em outra área ou de ensino médio (por semestre), até 10 (dez) semestres | 5 |  |  |
|  | Monitoria de disciplinas na graduação em Ciências Sociais ou Humanas (por semestre), até 5 (cinco) semestres | 2 |  |  |

**ANEXO III - REFERÊNCIAS PARA A PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

**Área de Concentração Direito Público**:

|  |
| --- |
| **Saulo José Casali Bahia**  1.POSNER, Richard. **A Economia da Justiça.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.  2.LEAL, Rogerio Gesta. **Impactos econômicos e sociais das decisões judiciais: aspectos introdutórios**. Brasília: ENFAM, 2010.  3.VELJANOVSKY, Cento. **A Economia do Direito e da Lei: uma introdução**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. |
| **Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado**  1.ANIYAR DE CASTRO, Lolita. Rasgando el velo de la política criminal en América Latina, o el rescate de Cesare Beccaria para la nueva criminología‖. **Revista Jurídica de la Facultad de Jurisprudencia de Ciencias Sociales y Políticas**, UCSG, Guayaquil 2009, p. 225-239   2.BUSTOS RAMÍREZ, Juan. Principios fundamentales de un Derecho Penal democratico. **Revista Ciencias Penales**, Costa Rica, ano 5, n. 8, ma., 1994, p. 10-17.   3.HASSEMER, Winfried. El destino de los derechos del ciudadano em um Derecho Penal “eficaz”. Trad. Francisco Muñoz Conde. **Revista Ciencias Penales**, Costa Rica, ano 5, n. 8, ma., 1994, p. 10-17. |
| **Maria Auxiliadora Minahim**  MINAHIM, Maria Auxiliadora Autonomia e Frustração da tutela penal. Saraiva, 2015  ROXIN, Claus. Sobre a discussão da heterocolocação em perigo consentida. Em: Novos estudos de direito, Marcial Pons, 2014  Schunemann, Brend.  A posição da Vítima no sistema da justiça Penal: Um modelo em três colunas. Em: Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito.Marcial Pons, 20134.   LUZÓN PEÑA, Diego-Manuel Principio de alteridad o de identidad vs. principio de autorresponsabilidad. Participación en autopuesta en peligro, heteropuesta en peligro consentida y equivalencia: el criterio del control del riesgo\*. Disponível na internet. |
| **Gamil Foppel El Hireche**  1.SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; DINIZ, Eduardo Saad. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2015.**  2.SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. **La expansión del Derecho Penal. Aspectos de la política criminal en las sociedades postindunstriales.** Madrid: Cuadernos Civitas, 1999.  3.CASABONA, Carlos Maria Romeo (coord.). **La insostenible situación del Derecho Penal**. Granada: Comares, 2000.  4.SUTHERLAND, Edwin. **White Collar Crime.** New Haven: Yale University, 1983.  5.RIGHI, Esteban. **Derecho penal económico comparado.** Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, 1991. |
| **Mário Jorge Philocreon**  1.BAHIA, Saulo José Casali (Org). **A Efetividade dos Direitos Fundamentais no Mercosul e na União Européia**. Salvador, Editora Paginae, 2010   2.GOMES, Eduardo Biacchi. **Blocos Econômicos: soluções de controvérsias.** Curitiba, Editora Juruá, 2010   3.GOMES, Flávio Luiz (Org). **Direito Internacional: Perspectivas Contemporâneas**. São Paulo, Editora Saraiva, 2010   4.MACHADO, Diego Pereira, DEL’OLMO, Florisbal Souza. **Direito da Integração, Direito Comunitário, Mercosul e União Européia.** Salvador, Editora Juspodium, 2011   5.TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. **Teoria Pluriversalista do Direito Internacional**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2011 |
| **Selma Pereira de Santana**  1.PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **Justiça Restaurativa:**da teoria à prática. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009;  2.SANTOS, Cláudia Cruz. **A Justiça Restaurativa.** Um modelo de reacção ao crime diferente da Justiça Penal. Porquê, para quê e como? Coimbra: Coimbra Editora, 2014;  3. SICA, Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal.**O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. |
| **Manoel Jorge e Silva Neto**  1.BAHIA, Saulo José Casali (Org.). *A efetividade dos direitos fundamentais no MERCOSUL e na União Europeia*. 1ed. Salvador: Paginae, 2010.  2.SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Teoria Jurídica do Assédio e sua Fundamentação Constitucional***,* São Paulo: LTr. Editora, 2012.  3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Proteção Constitucional à Liberdade Religiosa***,*São Paulo: Ed. Saraiva, 2ª edição, 2013.  4. SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.**São Paulo: Saraiva, 2010. |
| **Dirley da Cunha Júnior**  1. CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Controle de Constitucionalidade*.*** Salvador: Editora JusPodivm, 2014 (ou edição mais nova). 2. CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Curso de Direito Constitucional*.*** Salvador: Editora JusPodivm, 2015 (ou edição mais nova) 3. SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana*.***São Paulo: Saraiva, 2010. |
| **Celso Luiz Braga de Castro**  1.PASTORIZA, Florinda Antelo. **Privatização na Indústria de Telecomunicações. Antecedentes e Ligações para o Caso Brasileiro.** Disponível em Http:/Www.Bnds. Gov. Br/Publica/Td.Htm.  2.PEREIRA, Luiz Carlos Bresse. **A Reforma do Estado dos Anos: Lógica e Mecanismos de Controle.** Abril 1995. Disponível Na Internet Http:/Www.Bnds. Gov. Br/Publica/Td.Htm  3.GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. Teoria dos Serviços Públicos e sua Transformação In: **Direito Administrativo Econômico**. Sundfeld, Carlos Ari (Coord.), São Paulo: Malheiros, P.39-71. |
| **Edvaldo Pereira Brito e Paulo Roberto Lyrio Pimenta**  1.NEUMARK, Fritz. **Principios de la Imposición.** Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1974.  2.PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. **Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais Programáticas.** São Paulo : Max Limonad , 1999.  3.LOBO, Américo. **Decisões Constitucionais de Marshall: Presidente do Supremo Tribunal nos Estados Unidos da América do Norte**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. (Caso William Marbury contra James Madison).  4.BRITO, Edvaldo. Aspectos Constitucionais da Tributação. In: **As Vertentes do Direito Constitucional Contemporâneo.** MARTINS, Ives Gandra (Coord.). Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002. p. 619-652.  5.NEUMARK, Fritz. **Principios de la Imposición.** Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1974.  6.PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. **Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais Programáticas.** São Paulo : Max Limonad , 1999. |
| **Sebastian Borges de Albuquerque Mello**   * 1.MELLO, Sebástian Borges de Albuquerque*,* **Direito Penal: Sistemas, Códigos e Microssistemas.**Curitiba: Ed. Juruá, 2004 * 2.MIR PUIG, Santiago, **Bases Constitucionales del Derecho Penal,** Madrid, Iustel, 2011   3.BUSATO, Paulo Cesar, **Fundamentos para um direito penal democrático,** São Paulo, Atlas, 2013.  4.FERRAJOLI, Luigi, **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal.** *T*rad. Ana Paula Zomer e outros, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002 |
| **Ricardo Maurício Freire Soares** 1.ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. 2.SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana*.***São Paulo: Saraiva, 2010. 3.SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Elementos de Teoria Geral do Direito*.***São Paulo: Saraiva, 2015. 4.SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação Jurídica.**São Paulo: Saraiva, 2015. |
| **Fredie Souza Didier Júnior / Edilton Meireles de Oliveira Santos**  1.BURIL, Lucas; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (coord.). **Novo CPC – doutrina selecionada***.* Salvador: Editora Jus Podivm, 2015, 6 volumes.  2.CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais.** Salvador: Editora Jus Podivm, 2015.  3.DIDIER Jr., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro; ATAÍDE Jr., Jaldemiro; BURIL, Lucas (coord.) **Precedentes.** Salvador: Editora Jus Podivm, 2015. |

**Área de Concentração Relações Sociais e Novos Direitos**

|  |
| --- |
| **João Glicério de Oliveria Filho**  1.COASE, Robert H. **The Firm, the Market and the Law**. Paperback edition. United States of  America: The University of Chicago Press, 1990.  2.POSNER, Richard. **Economic Analysis of Law.** 8.ed. United States of America: Aspen  Publishers, 2011.  3.BORN, Gary. **International Arbitration: Law and Practice.** 2.ed. Netherlands: Kluwer Law  International, 2014.  MACKAAY, Ejan. **Análise Econômica do Direito.** Trad. Rachel Sztajn. 2.ed. São Paulo: Atlas,  2015.  CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e Processo.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009 |
| **Wálber Araújo Carneiro**  1.MURICY, Marília. **Senso comum e direito.** São Paulo: Atlas, 2015.  2.CARNEIRO, Wálber Araujo. **Hermenêutica jurídica heterorreflexiva.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.  3.HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. (Volumes I e II) |
| **Luciano Dórea Martinez Carreiro** ABRANTES, José João. **Contrato de trabalho e direitos fundamentais**. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.  BAYLOS, Antonio. **Direito do Trabalho: modelo para armar**. São Paulo: LTr, 1999.  BILBAO UBILLOS, Juan María. ¿En qué medida vinculan a los particulares los derechos fundamentales? In SARLET, Ingo Wolfgang (org.) **Constituição, direitos fundamentais e direito privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 299-338.  MARTINEZ, Luciano. **Condutas antissindicais**. São Paulo: Saraiva, 2012.  MONTOYA MELGAR, Alfredo. La aplicación del Derecho del Trabajo y el sistema de principios, valores y derechos fundamentals. In: Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración.  In: **Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración n. 88**. Madrid: Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2010, p. 13-29. Disponível em:<http://[www.empleo.gob.es/es/publica/pub\_electronicas/destacadas/revista/anyo2010/Revista\_Trabajo\_88.pdf](http://www.empleo.gob.es/es/publica/pub_electronicas/destacadas/revista/anyo2010/Revista_Trabajo_88.pdf)>. |
| **Nelson Cerqueira**  1.CAMPOS, Juliana Cristine Diniz . **O Brasil de Peri e o advento da República: a construção da ideia política de nação pela literatura brasileira no Século XIX**. Conpedi. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/4d9nht62/Rc8bF3Su4fIcU3u8>  2.NOJIRI, Sergio, CESTARI, Roberto. **Interdisciplinaridade: o que o direito pode aprender com o cinema. Conpedi**. Disponével em: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/4d9nht62/hRv43xUdP8Wad2S5> |
| **José Aurivaldo Sacchetta R.Mendes**  1.LIMA LOPES, José Reinaldo de. **O Direito na História.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.  2.WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. |
| **Marília Muricy Machado Pinto**  1.MURICY, Marília. **Senso comum e direito**. São Paulo: Atlas, 2015.  2.CARNEIRO, Wálber Araujo. **Hermenêutica jurídica heterorreflexiva.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. |
| **Heron José de Santana Gordilho e Marco Aurélio de Castro Júnior**  1.CASSUTO, David. O Sacrifício de Animais e a primeira Emenda: O caso da Igreja Lukumi Babalu Aye. **Revista Brasileira de Direito Animal n.19,** ps. 15-64. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA>  2.CRISTOFOLETI, Renato. **As três leis da robótica**. Disponível, quando do acesso, em: <<http://74.125.47.132/search?q=cache:B5Ulxx_xRTwJ:cea.eti.br/tecnologia.blog/%3Fp%3D6+lei+zero+da+rob%C3%B3tica&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br&client=firefox-a>>.  3.HARRIS, Angela. As Pessoas de Cor Deveriam Apoiar os Direitos dos Animais. **Brasileira de Direito Animal n.7.** 2010, ps. 43-72. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA>  4.LIMA, Homero Luís Alves de. **Do corpo-máquina ao corpo-informação**: o pós-humano como horizonte biotecnológico. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em <http://boletimef.org/biblioteca/757/Do-corpo-maquina-ao-corpo-informacao-o-pos-humano-como-horizonte-biotecnologico |
| **Julio Cesar de Sá da Rocha**  1.BOURDIEU, Pierre **O Poder Simbólico.** Lisboa: DIFEL, 1989.  2.LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História.** Sâo Paulo: Atlas, 2015.  3. ROCHA, Julio Cesar de Sá. & SERRA, Ordep. **Direito ambiental, conflitos socioambientais e**  **comunidades tradicionais**. Salvador: EDUFBA, 2015. |
| **Mônica Neves Aguiar da Silva**  1. FERRER, Jorge José; ALVAREZ, Juan Carlos. **Para fundamentar a bioética. Teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea**. São Paulo: Loyola.2005. |